

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.158
MINAS GERAIS

RELATOR	: MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S)	: ALIANÇA NACIONAL LGBTI E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: AMANDA SOUTO BALIZA
ADV.(A/S)	: PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI
ADV.(A/S)	: GABRIEL DIL
INTDO.(A/S)	: CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAE
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAE
INTDO.(A/S)	: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MURIAE
ADV.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MURIAE

VOTO:

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA (RELATOR):

I. DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL EM DEBATE

1. Conforme relatado, a **Aliança Nacional LGBTI+ (ALIANÇA)** e a **Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)** propuseram a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental contra a **Lei municipal nº 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG**, que *“[g]larante aos estudantes do município de Muriaé o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e as orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e número, conforme as regras gramaticais consolidadas”*.

2. Recordo que as requerentes fizeram os seguintes **pedidos**:

“a) O reconhecimento da **legitimidade ativa** das Impetrantes, enquanto entidades de classe, entendidas enquanto entidades de defesa de direitos fundamentais, consoante firmado pelo Plenário desta Suprema Corte na **ADI 5.422**, que ratificou a decisão monocrática da **ADPF 527-MC** no mesmo sentido e tem o respaldo da Procuradoria-Geral da

República no **Parecer** à ADI 7429 (cf. itens 6, 6.1, 6.2 e 6.3);

b) A concessão da medida cautelar ou antecipação de tutela, inaudita altera pars, para suspender a eficácia da Lei n.º 6.800/2023, do município de Muriaé – Minas Gerais, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros nº 3.616, de 05 de outubro de 2023,, em razão de violar a competência exclusiva da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (inconstitucionalidade formal, cf. **itens 14 a 17**, supra), bem como por perpetrar censura e, assim, violar a liberdade de expressão, a liberdade de aprender e a liberdade de concepções pedagógicas de Professoras e Professores, além do princípio da razoabilidade em sua vedação à arbitrariedade legislativa (inconstitucionalidade e inconvenção material, cf. **itens 18 a 41**), ao proibir e punir o uso da linguagem neutra/inclusiva e mesmo da flexão de gênero, inclusive pela inépcia legal ao confundir gramática normativa (língua culta) com linguística (língua coloquial), já que a língua é dinâmica e não se submete a normas gramaticais (**itens 19 a 23 e 52 a 53**), como é notório a quem dedica mínimos estudos no tema, além de ser medida inadequada, desnecessária e desproporcional em sentido estrito à luz da dogmática do princípio da proporcionalidade (**itens 30.1, 30.2 e 30.3**);

c) Em caso de realização de julgamento colegiado para julgamento e/ou referendo da medida cautelar ou antecipação de tutela, seja concedido tempo de **sustentação oral** no julgamento cautelar, sem prejuízo daquela a ser realizada no julgamento de mérito;

d) A notificação do Prefeito do Município e da Presidência da Câmara Municipal de Muriaé, Minas Gerais para que, querendo, apresentem Informações necessárias;

e) A notificação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República, para ofertarem Pareceres;

f) Seja, ao fim, **julgada totalmente procedente** essa ação, para declarar inconstitucional a Lei n.º 6.800/2023, do município de Muriaé – Minas Gerais, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros nº 3.616, de 05 de outubro de 2023,, pelos vícios formais e materiais aqui apresentados, como medida da mais lúdima **JUSTIÇA CONSTITUCIONAL!**” (e-doc. 1, p. 70-71, destaques no original).

3. Assim, da leitura do ato normativo impugnado e dos pedidos formulados, a **questão constitucional** em debate consiste em saber se a norma municipal que estabelece a proibição e a punição do uso da denominada “linguagem neutra” em estabelecimentos públicos e privados de ensino (básico, fundamental e superior), bem como em concursos públicos para acesso a cargos públicos na Administração Pública do Município, viola a Constituição.

II. DAS QUESTÕES PRELIMINARES

II.1. Da legitimidade ativa das requerentes

5. Inicialmente, atesto a **legitimidade ativa** das requerentes para propor a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental.

6. O **art. 103 da Constituição** estabelece, em rol taxativo, os **legitimados ativos** que possuem a capacidade processual de propositura das ações de controle concentrado. Após as alterações promovidas pela EC nº 45/2004, os legitimados são: *(i)* o Presidente da República; *(ii)* a Mesa do Senado Federal; *(iii)* a Mesa da Câmara dos Deputados; *(iv)* a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; *(v)* o Governador de Estado ou do Distrito Federal; *(vi)* o Procurador-Geral da República; *(vii)* o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; *(viii)* os partidos políticos com representação no

Congresso Nacional; e **(ix)** a confederação sindical ou a entidade de classe de âmbito nacional.

7. No caso das **confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional**, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao interpretar o art. 103, inciso IX, da Constituição (bem como o art. 2º da Lei nº 9.868/1999), impôs a necessidade de observância de certos **requisitos** para a comprovação da capacidade processual dessas entidades, a saber: **(i)** representação de categoria que seja qualificada como *empresarial* ou *profissional* (ADI nº 4.294 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01/07/2016, p. de 05/09/2016); **(ii)** representação que abranja a *totalidade* da categoria empresarial ou profissional (ADI nº 5.320 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, j. 25/11/2015, p. 07/12/2015); **(iii)** caráter *nacional* da representatividade, com a presença da entidade em pelo menos 9 (*nove*) *estados* da federação (ADI nº 4.230 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 01/08/2011, p. 14/09/2011); e **(iv)** *pertinência temática* entre as finalidades institucionais da entidade e o objeto da ação direta ou da arguição (ADI nº 4.722 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 02/12/2016, p. 15/02/2017).

8. Assim, tradicionalmente, a jurisprudência do STF excluía do rol de legitimados para a propositura de ações objetivas qualquer associação que não representasse categoria de caráter *empresarial* ou *profissional*.

9. Contudo, mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal alterou seu entendimento, ampliando o rol de legitimados, incluindo dentre as **entidades de classe** as *associações que atuam na proteção de direitos fundamentais de grupos vulneráveis*, e, portanto, flexibilizando a exigência de que a categoria representada tenha necessariamente caráter econômico ou profissional (*v.g.* ADPF nº 936, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 21/10/2024, p. 30/10/2024).

10. No caso, conforme narrado na petição inicial e atestado pela

documentação trazida aos autos, as associações requerentes: (i) “possuem em seus estatutos [...] a proteção dos direitos da população LGBTI+” (e-doc. 1, p. 9); e (ii) “possuem representação de coordenações em todas as unidades federativas do país” (e-doc. 1, p. 10).

11. Além disso, recorro que a legitimidade ativa tanto da **Aliança Nacional LGBTI+ (ALIANÇA)** quanto da **Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH)** foi reconhecida por esta Corte em outras ações de controle concentrado que discutiam tema similar à presente arguição. Cito, a título de exemplo, duas arguições recentemente julgadas pelo Supremo: a ADPF nº 1.161 (Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024) e a ADPF nº 1.160 (Rel. Min. Dias Toffoli, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024).

12. Nesse sentido, **reconheço a legitimidade ativa das requerentes.**

II.2. Da observância do requisito da subsidiariedade

13. Em sua manifestação, o **Advogado-Geral da União** afirmou que a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental **não atende ao requisito da subsidiariedade** (art. 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999), **considerando a existência de “outro meio eficaz para sanar, de forma ampla, geral e imediata, a lesividade supostamente decorrente do ato normativo questionado”** (e-doc. 30, p. 13). O argumento foi desenvolvido do seguinte modo:

“22. No ponto, há que se destacar os casos em que o parâmetro do controle abstrato perante o Tribunal de Justiça de atos normativos estaduais e municipais se dê por normas constitucionais de observância obrigatória pelos Estados-membros. Nessas situações, revela-se possível que o Tribunal

de Justiça local analise a compatibilidade daqueles atos perante a Constituição da República, na medida em que as normas de observância obrigatória são compulsórias aos Estados-membros, integrando também o ordenamento constitucional no plano estadual.

23. Registre-se que a validade e a normatividade dessas diretrizes federais, no âmbito dos Estados-membros, independem da expressa reprodução ou transposição das normas previstas na Constituição Federal para o texto da Constituição dos Estados, justamente por serem normas diretamente aplicáveis a todos os entes federativos, ainda que não expressamente absorvidas pelo ordenamento constitucional. [...].

24. No caso sob investida, verifica-se que é admissível a adoção de outra espécie de processo de índole objetiva para impugnar a lesão supostamente causada pelo ato normativo questionado.

25. Com efeito, a lei municipal hostilizada pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a quem compete examinar sua compatibilidade com a Constituição estadual (artigo 106, inciso I, alínea “h”, da Constituição de Minas Gerais).

26. Ademais, as disposições utilizadas como parâmetros de controle, relacionadas às competências estabelecidas constitucionalmente no organismo da União, são igualmente indeclináveis na organização constitucional dos Estados da Federação. [...].

[...]

31. Desse modo, evidenciada a existência de outro meio eficaz para sanar, de forma ampla, geral e imediata, a lesividade supostamente decorrente do ato normativo questionado,

conclui-se que a presente arguição não deve ser conhecida, por inobservância ao requisito da subsidiariedade” (e-doc. 30, p. 8-13).

14. Sobre o ponto, entendo importante destacar que o Supremo Tribunal Federal fixou que, **em regra**, “*[o] cabimento de ação direta perante o Tribunal de Justiça desautoriza o conhecimento da arguição de descumprimento de preceito fundamental proposta em face do mesmo ato do poder público*” (v.g. ADPF 958 AgR, Rel. Min. Edson Fachin, j. 15/08/2023, p. 24/08/2023).

15. Nada obstante, a própria Corte admite **exceções a esse posicionamento**, em especial quando a arguição tem como objeto *questão constitucional relevante*, cuja solução *transcenda o interesse do ente federativo em questão* e demande *uniformização de caráter nacional*.

16. Nesse sentido, em diversas arguições ajuizadas justamente contra normas municipais que proíbem o uso e o aprendizado da “linguagem neutra” em escolas, o Supremo Tribunal Federal decidiu que **a ADPF se mostra o “único instrumento para, de forma nacional, resolver a questão”** (ADPF nº 462, Rel. Min. Edson Fachin, j. 01/07/2024, p. 22/08/2024. Nesse mesmo sentido, cito os seguintes precedentes: ADPF nº 1.161, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024; ADPF nº 1.152, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024; ADPF nº 1.160, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024; ADPF nº 1.151, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024).

17. Afinal, nos termos da jurisprudência desta Corte, a simples **existência de outro meio** processual para impugnar o ato do poder público, *por si só, não elimina a possibilidade de ajuizamento de ADPF*, quando a arguição, repita-se, for **o único meio eficaz** e apto a solver a controvérsia constitucional relevante de **forma ampla, geral e imediata** (nesse sentido, cito: ADPF nº 33/PA, Rel. Min. Gilmar Mendes, j.

07/12/2005, p. 27/10/2006; ADPF nº 388/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 09/03/2016, p. 1º/08/2016).

18. Nesse sentido, **rejeito a questão preliminar.**

II.3. Da ausência de impugnação específica da legislação questionada

19. O **Advogado-Geral da União** trouxe outra questão preliminar em sua manifestação, afirmando a **ausência de impugnação específica** aos dispositivos da lei municipal que vedam o uso de “linguagem neutra” nos *concursos públicos* realizados no âmbito de Muriaé/MG. Vejamos:

“36. Na presente hipótese, o dever de impugnação especificada não foi cumprido quanto à integralidade da Lei municipal nº 6.800/2023, em especial no que tange às normas que vedam o uso da linguagem neutra em concursos públicos (parte final dos artigos 2º e 3º).

37. Com efeito, apesar de buscar a invalidação da integralidade do diploma normativo municipal, a argumentação desenvolvida pelas autoras se concentra, exclusivamente, na proibição de emprego de linguagem neutra em ambiente escolar.

[...]

42. Ora, em atenção ao requisito previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 9.868/1999, visto acima, a aludida vedação ao uso de linguagem não binária em concursos públicos deveria ser impugnada por fundamentação específica.

43. Dessa forma, verifica-se que parte das impugnações das requerentes se caracteriza como genérica, a ensejar, nos

termos da jurisprudência desse Supremo Tribunal Federal, o não conhecimento, nesse particular, da presente arguição. [...]” (e-doc. 30, p. 13-15).

20. De fato, os **artigos 1º e 2º da Lei municipal nº 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG** estabelecem que a vedação ao uso da “linguagem neutra” e a obrigatoriedade do uso “*da língua portuguesa de acordo com a norma culta*” se aplicaria não só aos **estabelecimentos de ensino**, como também aos **concursos públicos** realizados pelo Município. Confira-se:

“Art. 1º É garantido aos estudantes do Município de Muriaé o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e de número, conforme as regras gramaticais consolidadas, com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Parágrafo único. O disposto no caput desse artigo aplica-se a toda a Educação Básica, ministrada no território do Município de Muriaé, nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, assim como ao Ensino Superior **e aos Concursos Públicos para acesso aos cargos e funções públicas do município.**

Art. 2º Fica expressamente proibido a todas as instituições de ensino no município de Muriaé, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada, **bem como, a bancas examinadoras de seleções e concursos públicos**, prever ou inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e previstas nas diretrizes e bases da educação

nacional - que preveem apenas as flexões de gênero masculino e feminino.

Parágrafo único. Aos ambientes formais de ensino e educação, é proibido o emprego de linguagem que, corrompendo as regras gramaticais, pretendam se referir a "gênero neutro", inexistente na língua portuguesa e não contemplado nas diretrizes e bases da educação nacional” - destaquei.

21. Contudo, conforme destacado pelo AGU, as requerentes não apresentaram argumentos capazes de demonstrar a incompatibilidade de parte dos dispositivos com a Constituição. Ou seja, apesar de pedir a declaração de invalidade da *totalidade* da **Lei municipal nº 6.800/2023**, a presente arguição teve sua causa de pedir restrita a *apenas uma parte* do ato normativo.

22. Ainda que, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a **causa de pedir** nas ações de controle concentrado seja *aberta* (v.g. ADI nº 5.383, Rel. Min. Rosa Weber, j. 16/11/2021, p. 22/11/2021), isso não retira a **obrigatoriedade do requerente de fundamentar todos os pedidos que sejam apresentados em sua petição inicial** (art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.868/1999 e art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.882/1999). Em outros termos, embora o STF não esteja adstrito à **causa de pedir** apresentada pelo requerente, **é dever do autor da ação de controle concentrado fundamentar seus pedidos**, sob pena de não conhecimento (*total* ou *parcial*) da inicial.

23. Nesse mesmo sentido, destaco o seguinte caso recentemente julgado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal:

“EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI N. 8.585/2023 DO

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS/RJ. “PROIBIÇÃO DE USO DE NOVAS FORMAS DE FLEXÃO DE GÊNERO E NÚMERO DAS PALAVRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTRARIEDADE ÀS REGRAS GRAMATICAIS CONSOLIDADAS” PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E BANCAS EXAMINADORAS DE SELEÇÕES E CONCURSOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO. OFENSA À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. ARGUIÇÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, JULGADA PROCEDENTE.

[...]

2. Conhecimento parcial da arguição: ausência de impugnação específica quanto à proibição do uso da linguagem neutra em editais de concursos públicos e comunicações institucionais dos órgãos da administração pública municipal direta e indireta. Precedentes

[...]”

ADPF nº 1.161, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024

24. Anoto, por fim, que as próprias requerentes informaram que o objetivo da presente arguição **não seria** o de impugnar a obrigatoriedade do uso da norma culta da língua *em provas de vestibular e de concurso público*, mas garantir o direito ao aprendizado dos alunos e a liberdade de expressão dos professores no ambiente de ensino. Vejamos:

“24. Nesse sentido, rechace-se espantalho tradicional acerca do tema: não há nenhuma pretensão de ‘impor’ o uso da linguagem neutra nem, muito menos, ‘cobrá-la em lugar da norma culta’ em provas para ingresso em Universidades (como o ENEM), concursos públicos etc. O que existe, de fato,

no mundo real são pessoas que utilizam, em discursos verbais e documentos privados, a flexão de gênero, que é uma demanda histórica do Movimento Feminista contra a utilização do gênero masculino como universal (cf. item 21.2, *infra*), fazendo saudação a “todas e todos” e usam a linguagem neutra ou não-binária para abarcar pessoas que não se identificam nem com o masculino, nem com o feminino, fazendo saudação a ‘todas, todes e todos’. Foi contra esse tipo de falas informais que leis como a impugnada na presente ação e na ADI 7.019 (*supra*) foram propostas, o que prova cabalmente que são iniciativas que visam combater espantalhos, inventando um problema social que não existe ao quererem proibir o uso da linguagem neutra ou não-binária para algo que ela não é utilizada (documentos oficiais e provas de gramática culta). [...].

[...]

26.1. Inadequada, por não ter relação nenhuma com o que se quer proteger, já que o ensino da linguagem neutra ou inclusiva e, principalmente, da flexão de gênero como formas de combater preconceitos linguísticos não traz nenhum prejuízo ao ensino da norma culta (gramática normativa) ao lado daquelas enquanto modalidades de linguagem coloquial, até porque é evidente que será sempre a norma culta que será exigida em provas e avaliações em geral (como concursos públicos etc), sendo pura teoria de espantinho qualquer ilação em contrário” (e-doc. 1, p. 20 e 41)

25. Portanto, **acolho a questão preliminar e não conheço de parte do pedido formulado**, especificamente quanto à obrigatoriedade do uso da “*língua portuguesa de acordo com a norma culta*” em concursos públicos realizados para provimento de cargos públicos do Município de Muriaé/MG, prevista nos artigos 1º e 2º da Lei municipal nº 6.800/2023.

III. DO MÉRITO

26. Passando ao exame de mérito, saliento, desde já, que, **na parte conhecida** da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, **voto pela sua procedência.**

27. Primeiramente, destaco que a questão constitucional que remanesce em debate, após a análise das questões preliminares, consiste em saber se a norma municipal que estabelece a proibição e a punição do uso da “linguagem neutra” em estabelecimentos públicos e privados de ensino (básico, fundamental e superior) viola ou não a Constituição.

28. Para solucionar a controvérsia, entendo que a decisão deve passar necessariamente pela análise e interpretação do sistema constitucional de repartição de competências legislativas entre os entes que compõem a Federação brasileira, em matéria de educação e ensino.

29. Assim, saliento que, nos termos do **art. 22, inciso XXIV, da Constituição**, compete privativamente à União legislar sobre “*diretrizes e bases da educação nacional*”. Já o **art. 24, inciso IX, da Lei Fundamental** estatui que compete à União a edição de normas gerais sobre educação e ensino. Aos Estados e Municípios compete, no que couber, a edição de leis estaduais e municipais em suplementação à legislação federal. Vejamos:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

[...]

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito

Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

IX – educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

[...]

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

[...]

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber”

30. Desse modo, interpretando a sistemática estabelecida pela Constituição, o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que *“os Municípios não dispõem de competência legislativa para a edição de normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modos de exercício da atividade docente. A eventual necessidade de suplementação da legislação federal, com vistas à regulamentação de interesse local (art. 30, I e II, CF), não justifica a proibição de conteúdo pedagógico, não correspondente às diretrizes fixadas na Lei de Diretrizes*

e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996)” (ADPF nº 457, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 27/04/2020, p. 03/06/2020).

31. Assim, quanto à regulação dos currículos, dos conteúdos programáticos, das metodologias de ensino ou dos modos de exercício da atividade docente, **Estados e Municípios devem observar, necessariamente, as normas gerais editadas pela União - em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e as disposições da Base Nacional Comum Curricular.**

32. Prosseguindo a análise, anoto que **não é novidade neste Supremo Tribunal Federal** o debate sobre legislações estaduais e municipais que regulamentam a proibição ou a imposição da “linguagem neutra” em estabelecimentos de ensino. Em sucessivos julgados, esta Corte tem se manifestado sobre a **inconstitucionalidade** de atos normativos municipais e estaduais que caminham nesse sentido.

33. Recordo, inclusive, que na **ADI nº 7.019**, de relatoria do eminente Min. Edson Fachin (j. 13/02/2023, p. 10/04/2023), apresentei voto em que me manifestei pela **inconstitucionalidade formal da Lei estadual nº 5.123/2021, do Estado de Rondônia**, que estabelecia “*medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Rondônia ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona*”.

34. Naquela oportunidade, destaquei o seguinte:

“8. Em relação ao mérito da controvérsia, de fato, ao tentar disciplinar parâmetros para a dinâmica de ‘aprendizado da língua portuguesa’ em âmbito estadual, o legislador rondoniense tratou, a toda evidência, de questão de interesse nacional.

9. E, para evidenciar o aludido caráter nacional da matéria, basta mirar o que prescreve o art. 13 da Lei Fundamental: '[a] língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil'.

10. Dispositivo este que, topograficamente localizado no Capítulo "Da Nacionalidade" - terceiro capítulo do Título II -, e abordando em seu § 1º também os símbolos da nossa República, muito apropriadamente alça a língua portuguesa à condição de elemento formador da própria identidade nacional.

11. Tal associação decorre mesmo do próprio conceito moderno do termo nação, que para "autores, entre os quais Del Vecchio, Maritain, Marcello Caetano e Ataliba Nogueira [...] se aplica a uma comunidade de base histórico-cultural, pertencendo a ela, em regra, os que nascem num certo ambiente cultural feito de tradições e costumes, geralmente expresso numa língua comum, tendo um conceito idêntico de vida e dinamizado pelas mesmas aspirações de futuro e os mesmos ideais coletivos" (DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 101).

12. Não há, assim, maiores dificuldades em verificar que, diante da necessidade de se conferir uma uniformidade de tratamento à matéria, em todo o território pátrio, justifica-se a reserva de competência legislativa em favor da União. Igualmente indene de dúvidas que se está diante de questão atinente a 'diretrizes e bases da educação nacional' (CRFB, art. 22, XXIV).

13. Tanto assim que o art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996 - editada precisamente em observância à competência constitucional prevista pelo mencionado inciso XXIV do art. 22 da Lei Maior - dispõe que "[o]s currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum", esclarecendo o § 1º que '[o]s currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo

da língua portuguesa’.

14. Nesse contexto, entendo plenamente incidente à espécie, a compreensão firmada nos seguintes precedentes, citados ilustrativamente:

COMPETÊNCIA NORMATIVA – DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO – ATO ESTADUAL – INCONSTITUCIONALIDADE.

Na forma da jurisprudência do Supremo, compete à União legislar sobre ‘diretrizes e bases da educação nacional’ – artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal –, incluída a disciplina relativa à confecção, emissão e registro de diplomas por instituições de ensino superior.

(ADI nº 3.713/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, j. 15/05/2019, p. 07/06/2019).

Ementa: Direito Administrativo e Constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Competência da União para editar normas gerais sobre educação e ensino. Lei estadual conflitante. Procedência do pedido.

1. Ação direta de inconstitucionalidade que tem por objeto lei estadual que estabelece idade de corte para ingresso no ensino fundamental em dissonância com a legislação federal. Competência privativa da União para dispor sobre diretrizes e bases da educação (CF, art. 22, XXIV). Precedentes: ADC 17, red. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, j. 01.08.2018; ADI 2501, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 04.09.2008, e ADI 2667 MC, rel. Min. Celso de Mello, j. 19.06.2002.

2. A questão já foi enfrentada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado da constitucionalidade, e firmou a seguinte tese: ‘É constitucional a exigência de 6 (seis) anos de idade para o

ingresso no ensino fundamental, cabendo ao Ministério da Educação a definição do momento em que o aluno deverá preencher o critério etário' (ADC 17, red. p/ acórdão Min. Luís Roberto Barroso, j. 01.08.2018. No mesmo sentido, ADPF 292, Rel. Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, j. 01.08.2018, p. 27.07.2020). Há, ainda, jurisprudência consolidada no Tribunal acerca da inconstitucionalidade de normas estaduais e distritais que disponham de forma conflitante em matéria atinente a 'diretrizes e bases' da educação. Nesse sentido: ADI 2501, rel. Min. Joaquim Barbosa, j. 04.09.2008, e ADI 2667 MC, rel. Min. Celso de Mello, j. 19.06.2002.

3. Pedido julgado procedente, com a fixação da seguinte tese: 'É inconstitucional lei estadual que fixa critério etário para o ingresso no Ensino Fundamental diferente do estabelecido pelo legislador federal e regulamentado pelo Ministério da Educação'.

(ADI nº 6.312/RS, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, j. 21/12/2020, p. 11/02/2021)

EMENTA: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei estadual que dispõe sobre a admissão de diplomas expedidos por instituições de ensino superior de Portugal e de países do Mercosul.

1. Ação direta contra a Lei nº 245/2015, do Estado do Amazonas, que dispõe sobre a admissão de diplomas de pós-graduação stricto sensu originários de países do MERCOSUL e de Portugal.

2. Há inconstitucionalidade formal, por violação à regra que confere competência privativa à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, da CF). Precedentes (ADI 5.341, Rel. Min. Edson Fachin; ADI 5.168, Rel^a. Min^a. Cármen Lúcia).

3. Procedência do pedido. Fixação da seguinte tese de julgamento: ‘É inconstitucional lei estadual que dispõe sobre a aceitação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras’.

(ADI nº 6.592/AM, Rel. Min.ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, j. 08/09/2021, p. 16/09/2021)” - destaques no original.

35. Portanto, como já pontuado na **ADI nº 7.019** reforça-se a conclusão de que *“diante da necessidade de se **conferir uma uniformidade de tratamento à matéria, em todo o território pátrio, justifica-se a reserva de competência legislativa em favor da União. Igualmente indene de dúvidas que se está diante de questão atinente a ‘diretrizes e bases da educação nacional’ (CRFB, art. 22, XXIV)”***.

36. Nesse mesmo sentido, menciono o raciocínio exposto pelo eminente **Ministro Cristiano Zanin**, no voto-vogal proferido por Sua Excelência na aqui já citada **ADPF nº 1.160** (Rel. Min. Dias Toffoli, j. 09/12/2024, p. 13/12/2024).

37. Naquela oportunidade, ao se debruçar sobre lei municipal com idêntica temática, o Ministro Cristiano Zanin resolveu a questão da seguinte maneira:

“Verifico que, nos termos do art. 22, XXIV, da Constituição Federal, houve invasão pelo Município de Novo Gama/GO da competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nos demais dispositivos contidos no diploma impugnado (art. 1º, parágrafo único, I, II, IV, art. 2º e art. 3º).

Isso porque **não pode o município criar ou vedar o uso de qualquer modalidade de linguagem não uniformizada**

pelo idioma oficial. Entendo ser incompatível com a Constituição Federal a legislação municipal que discipline sobre os currículos escolares para proibir ou impor o uso de qualquer linguagem, mesmo que destoe do vocabulário oficial vigente e dos respectivos diplomas normativos.

Ainda que o corpo normativo não preveja a modalidade dita 'neutra' de linguagem e seja preciso ao menos em documentos educacionais e oficiais respeitar o corpo normativo vigente, em que é de rigor o uso do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, fruto do vínculo histórico e patrimônio comum entre os países lusófonos, e do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP, que contém o registro oficial das palavras da língua portuguesa, não se pode vedar o emprego de linguagem escrita ou falada em qualquer ambiente, mesmo aqueles formais de ensino e educação.

Como a língua é viva e dinâmica, é habitual que sofra mutações ao longo do tempo e conforme os costumes. O emprego, portanto, de diretrizes educacionais relativas à norma culta da língua portuguesa não pode representar vedação à livre expressão e à manifestação artística e jornalística, escrita ou oral, capaz de configurar qualquer tipo de censura ou violação ao direito de ensinar e de aprender.

Ao contrário, o respeito às normas cultas da língua portuguesa como idioma oficial brasileiro na grade curricular não tem o condão de inibir as diversas variações que a linguagem pode alcançar nos espaços da vida cotidiana e nas relações sociais” - destaquei.

38. Quanto ao presente caso, entendo que as razões acima colacionadas se amoldam perfeitamente à hipótese.

39. O art. 1º, *caput*, da Lei municipal nº 6.800/2023 estabelece que

“[é] garantido aos estudantes do Município de Muriaé o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, utilizando apenas as flexões de gênero e de número, conforme as regras gramaticais consolidadas, com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”. Essa diretriz se aplicaria, segundo o ato normativo municipal, “a toda a Educação Básica, ministrada no território do Município de Muriaé [...] assim como ao Ensino Superior” (art. 1º, parágrafo único, da Lei municipal nº 6.800/2023).

40. De modo praticamente idêntico, o **art. 2º da Lei municipal nº 6.800/2023** prescreve que *“[f]ica expressamente proibido a todas as instituições de ensino no município de Muriaé, independentemente do nível de atuação e da natureza pública ou privada [...] prever ou inovar, em seus currículos escolares e em editais, novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa [...] que preveem apenas as flexões de gênero masculino e feminino”.*

41. Por sua vez, o **parágrafo único do art. 2º da Lei municipal nº 6.800/2023** prevê expressamente a proibição do *“emprego de linguagem que pretendam se referir a ‘gênero neutro’”* nos *“ambientes formais de ensino e educação”.*

42. Já os **artigos 3º e 4º da Lei municipal nº 6.800/2023** regulamentam, respectivamente, as sanções às *“instituições de ensino público e privado e aos profissionais de educação”* e as políticas de *“valorização da língua portuguesa culta em suas práticas e políticas educacionais, fomentando iniciativas de defesa aos estudantes no caso de aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino”.*

43. Portanto, ao estabelecer regras gerais em relação ao uso e ao aprendizado da língua portuguesa em estabelecimentos de ensino

localizados no Município de Muriaé/MG (art. 1º, 2º e 4º) e ao prever sanções em caso de descumprimento dessas diretrizes (art. 3º), **a Lei municipal nº 6.800/2023 contém, nestas partes, inegável vício de inconstitucionalidade formal**, pois regula, ao mesmo tempo: *(i) matéria de interesse nacional* (art. 13 da Constituição) e *(ii) tema cuja edição de normas gerais é de competência legislativa privativa da União* (artigos 22, inciso XXIV, e 24, inciso IX, da Constituição).

IV. DISPOSITIVO E TESE

44. Por todo o exposto, **conheço parcialmente da presente ação arguição de descumprimento de preceito fundamental e, na parte conhecida, julgo procedentes os pedidos** para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei municipal nº 6.800/2023, do Município de Muriaé/MG.

45. Sugiro, por fim, que seja fixada a seguinte **tese de julgamento**: *é formalmente inconstitucional norma estadual ou municipal que disponha sobre a língua portuguesa, por violação à competência legislativa da União.*

É como voto.

Ministro ANDRÉ MENDONÇA